

LISTA B

Colégio da Especialidade de Urbanismo

Programa de Candidatura

ano 2013

Estratégia para três anos: Impulsionar a atividade do arquiteto urbanista

O Colégio da Especialidade de Urbanismo (CEU) foi criado em 2004 e a sua implementação ocorreu em 2008 quando se constituiu a Comissão Instaladora cuja função cessa com o atual processo eleitoral e a quem dirigimos os nossos agradecimentos.

Mas importa robustecer a atividade do CEU tornando mais evidente o papel do colégio enquanto coletivo de arquitetos que inscrevem a sua atividade no domínio do urbanismo. Para esse efeito, há que dar visibilidade pública ao urbanismo, promovendo e divulgando reflexões sobre as grandes questões que hoje se colocam relativamente ao agravamento dos desequilíbrios territoriais decorrentes das mais recentes políticas governamentais; sobre a transformação das cidades em Portugal num contexto de radical alteração do imobiliário, de contração urbana com evidentes transformações funcionais e de prognosticada reutilização dos tecidos urbanos, de enormes mutações na estrutura social e respetiva distribuição territorial; sobre a alteração da estrutura económica indutora da transformação urbana, promovendo a reflexão sobre as consequências estratégias que o urbanismo, enquanto importante área transversal do saber social e espacial, pode e deve equacionar em termos ambientais, da qualidade de vida coletiva, do quotidiano, da coesão social face às consequências nas cidades decorrentes da situação da profunda crise que o país atravessa; sobre as vulnerabilidades democráticas de uma nova governança cujos contornos administrativos e de competências ainda estão por formular.

Interessa também ter uma atitude pró-ativa de conhecimento do universo dos arquitetos dedicados à atividade, utilizando os meios editoriais impressos e digitais para desenvolver campanhas de contacto direto junto dos colegas e aperfeiçoando o mecanismo de admissão de sócios.

A nossa candidatura, embora se refira à Assembleia do Colégio, não procura ser neutral e pretende contribuir clara e decididamente para um programa de ação do CEU que julgamos útil revelar. Consideramos poder contribuir desta forma para a articulação e inclusão de todos os colegas que entendam chamar a si a responsabilidade de integrar os órgãos do Colégio. Assim sendo, enunciamos seguidamente os temas essenciais ao CEU e que recomendamos para inclusão na agenda da próxima Comissão Executiva:

Apoio direto ao exercício da profissão

Contratação

O próximo triénio vai ser vivido num clima de forte contenção do investimento, situação que tenderá a agravar a já muito difícil contratação de trabalhos de urbanismo. Por isso, há que contrariar esta tendência, preparando as bases para novas formas de contratação. A contratação dos instrumentos

de gestão territorial é acometida à administração pública, abrangendo uma parte muito significativa da encomenda de projetos de urbanismo. Sendo instrumentos de grande complexidade, estes dependem de metodologias definidoras da articulação e âmbito dos trabalhos, da organização de equipas pluridisciplinares bem como da formulação de processos de participação e consensualização. O processo concursal para trabalhos de urbanismo é, por isso, complexo e revelou-se incapaz de salvaguardar princípios de equidade e de defesa do interesse público. A incapacidade de estabelecer critérios sólidos de avaliação da qualidade das propostas, a imposição de contratos que passam o ónus da incerteza ou da alteração da conjuntura durante os trabalhos para as equipas contratadas, têm feito resvalar a decisão para meras ações de contagem de prazos e avaliação do valor e formas de pagamento dos honorários. Esta configuração tão redutora tem tido consequências nefastas na qualidade dos trabalhos a produzir, conduzindo a frequentes impasses. Inibe ainda a investigação e a qualidade das propostas urbanísticas, sendo nociva ao interesse público. **O CEU tem a obrigação de se bater pela alteração do método de encomenda**, salvaguardando princípios de qualidade, transparência, equidade e defesa do interesse público, estabelecendo valores de referência, fatores de apreciação, manuais de apoio que sirvam aos colegas que, inseridos na administração, tenham a responsabilidade de organizar concursos. Sem que se estabeleça como documento impositivo, seria um importante contributo do CEU para a prática do urbanismo a formulação de um **Manual de Encomenda** que contenha um guia para o cálculo de honorários de apoio à encomenda pelo sector público e privado.

Formação

Considera-se desejável que o CEU promova **ações de formação específicas** nas áreas do ambiente, da legislação, da programação de execução etc, que se debrucem sobre instrumentos de apoio à produção, nomeadamente *software*. Será também desejável acentuar o **espírito de interdisciplinaridade** destas formações recorrendo à colaboração com outras organizações profissionais de diversos técnicos. A **informação digital**, para além de divulgar estas ações de formação, permitiria referir bibliografia, noticiar novos conhecimentos, estimular a produção de textos teóricos sobre a profissão e mesmo, posteriormente, divulgar casos tipo e boas práticas.

Registo de autoria

Sendo a autoria em planeamento mais complexa e difusa do que em arquitetura, é do interesse do CEU estudar procedimentos que, em colaboração com serviços da administração central, permitam elaborar e testar grelhas de preenchimento de registo de autoria por estudo.

O CEU deverá incluir nas suas ações a concretização do **cartão** de identificação do associado com referência à sua condição de **membro do CEU**.

Regras de cariz deontológico

Promover o estudo e formulação de um **código de conduta ética** que clarifique a responsabilidade pública da profissão, as relações deontológicas dos arquitetos entre si, com outros profissionais envolvidos no urbanismo e com a sociedade, devidamente adequado à realidade das relações

profissionais atuais e previsíveis, tendo como referência anteriores documentos da classe e sendo enquadrado pelos documentos normativos do CAE e da UIA.

Relações internacionais

A OA, no quadro das suas relações internacionais privilegiadas, tem duas plataformas principais: a da Comunidade Europeia e a dos PALOP's e Brasil, distintas e complementares.

A **União Europeia**, implica uma cada vez maior coordenação de políticas e orientações estratégicas também no campo do planeamento e do urbanismo, entre as quais se destacam:

- ☐ os problemas relativos ao ambiente urbano, os quais têm vindo a ganhar uma crescente importância na definição das políticas da União Europeia;
- ☐ a encomenda pública;
- ☐ a livre circulação dos profissionais na UE.

O CEU deve ter como obrigação reforçar o trabalho da AO no seio do **CAE** e participar noutras organizações profissionais europeias, não só para a troca de informação pertinente mas, principalmente, procurando contribuir para o reforço do papel do arquiteto enquanto elemento central na definição e conceção do espaço urbano a nível europeu.

Em grande parte dos **PALOP's**, o património urbano, ainda que valioso, tem debilidades decorrentes do ritmo acelerado do crescimento urbano recente e da degradação associada a guerras e catástrofes. A participação de arquitetos portugueses nestes países é limitada face à escala dos problemas e ainda mais escassa face à dimensão do território. Nas relações com os PALOP's e Brasil é desejável e possível definir um quadro de objetivos harmonizados de cooperação no domínio do Urbanismo, sua concretização e aplicação. É assim aconselhável que o CEU venha a despoletar uma **plataforma de intercâmbio profissional** na área do Planeamento e do Urbanismo, diligenciando junto das entidades que apoiam a cooperação com: produção de documentação técnica; criação de condições para arquitetos portugueses trabalharem nos, e para os, PALOP's, Brasil e Timor; promovendo, em parceria com colegas desses países, iniciativas de cooperação com relevo para as questões do habitat.

Aprofundamento da dimensão social e política no exercício do urbanismo pelos arquitetos

Divulgação crítica da atividade urbanística

É importante que a atividade dos arquitetos no urbanismo seja respaldada por um conjunto de ações promocionais em defesa e reforço do seu papel e de divulgação das capacidades e valores dos seus profissionais nomeadamente, através da **colaboração com os média** para a divulgação crítica da atividade urbanística.

Grupos de Trabalho

É importante para o CEU estimular a constituição de Grupos de Trabalho para: ativar o estudo e a investigação do território e das cidades; promover a investigação associada à nova normativa urbanística e elaboração de pareceres sobre propostas legislativas. Tais iniciativas poderiam beneficiar com a criação de um **fórum eletrónico** para discussão dos documentos em produção nos Grupos de Trabalho para debate final na Assembleia do Colégio.

Quotas

Nas atuais condições é impensável aumentar o contributo dos arquitetos para a OA pelo que deverá ser preocupação do CEU procurar fontes de financiamento que garantam o seu funcionamento e atividades **sem o recurso à instituição de quotas no próximo triénio**.

Assembleia do Colégio

Deve ser este o órgão mobilizador dos membros do Colégio. O ainda escasso número de membros agilizará o seu exercício. De facto, apesar do distanciamento dos arquitetos relativamente à OA, estes têm uma ideia muito concreta dos problemas, do que querem e de como querem mudar. A Assembleia do Colégio deverá ter um papel fundamental na motivação dos sócios pelo que a mesa da Assembleia do Colégio, para além das duas reuniões ordinárias, convocará **Assembleias Extraordinárias** para discussão dos temas emergentes e estratégicos.

Candidatos à Mesa da Assembleia do CEU

Presidente	Jorge Henrique Cardoso da Silva , OA n.º 653, CEU n.º 51
Vice-presidente	Pedro Lourenço Cruz dos Santos Costa , OA n.º 2902, CÉU n.º 6
Secretário	Ana Cristina de Madureira Valadas de Sousa Roxo , OA n.º 2495, CÉU n.º 13